



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA Nº 40/2021 DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TOMADA DE CONTAS (COFTC)

Aos vinte e cinco dias do mês de Outubro de 2021, as 09h36m, a Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas (COFTC) reuniu-se na sede da Câmara Municipal de Ubá com a presença dos vereadores Edeir Pacheco da Costa, Presidente, Gilson Fazolla Filgueiras, Membro Titular da Comissão, e José Maria Fernandes, Membro Suplente da Comissão. Estiveram presentes também o Presidente da Câmara Municipal de Ubá, Vereador José Roberto Reis Filgueiras, e os Vereadores José Damato Neto e José Carlos Reis Pereira.

Participaram desta reunião o Assessor Legislativo II, Lucas Vaz, e o Gerente da Divisão de Agricultura e Meio Ambiente, Antônio Amaral. O Vereador Gilson Fazolla Filgueiras, em última reunião plenária, ocorrida no dia 18/10, solicitou pedido de vista ao Projeto de Lei nº 129/2021 para maior estudo e entendimento do mesmo. Desta forma, foi solicitada a Presença do Gerente da Divisão de Agricultura e Meio Ambiente, Antônio Amaral, para esclarecimento de dúvidas dos parlamentares.

O Vereador Gilson iniciou dizendo que seus questionamentos podem vir a ser também dúvidas de vários produtores rurais acerca destes novos Programas que, por ora, a Prefeitura Municipal deseja iniciar. Segundo ele, este pedido de vista ao Projeto nº 129/2021 nada mais é do que uma forma de esclarecer e se informar melhor sobre as benesses que o mesmo trará se for aprovado em Plenário.

O Gerente Antônio Amaral explica que estes R\$ 145.500,00 (Cento e quarenta e cinco mil e quinhentos reais) são recursos oriundos do Fundo de Saneamento, uma vez que o Fundo Ambiental do município atualmente não tem nenhum saldo excedente para que os recursos sejam retirados dele. Questionado sobre o valor total do Fundo de Saneamento, o Gerente da Divisão de Agricultura e Meio Ambiente, Antônio Amaral, disse que precisaria levantar os dados. A título de curiosidade, o pagamento referente aos Serviços Ambientais (PSA) é retirado do Fundo Ambiental.

Destacando a importância e o crescimento do programa de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), o Gerente Antônio Amaral projetou que, no final de 2021, cerca de 150 produtores estarão cadastrados no referido programa acima citado. O valor do PSA é pago ao produtor por hectare conservado ou recuperado, em um total de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) anual por hectare.

O Vereador José Roberto quis saber mais sobre as Unidades Demonstrativas (UD's) citadas no Projeto de Lei nº 129/2021, e o Gerente da Divisão de Agricultura e Meio Ambiente, Antônio Amaral, afirmou que muitos projetos já foram feitos em nossa região, mas, com o tempo, nenhum deles teve a devida manutenção. A grande questão sobre as Unidades Demonstrativas é que a Prefeitura quer não só fazer o trabalho na propriedade como também ensinar os produtores rurais como fazer a conservação e tratamento em sua propriedade. Desta forma, o produtor poderá enxergar o ambiental, o econômico e o social em ações dentro de sua propriedade.

O Vereador José Maria destacou que existe muita burocracia na recuperação de nascentes, uma vez que os produtores querem ajudar mas acabam impossibilitados mediante os entraves da Lei. O Gerente da Divisão de Agricultura e Meio Ambiente, Antônio Amaral, destacou que de fato existem dificuldades e lembrou que o assunto deve ser debatido em uma oportunidade posterior.



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Perguntado pelo Vereador Gilson sobre a participação da COPASA em ações que propiciem a preservação, estruturação e manutenção de nossas nascentes e rios, o Gerente Antônio Amaral destacou que a COPASA hoje destina uma porcentagem do lucro dela para estes Fundos, como o Fundo de Saneamento Básico e o Fundo Ambiental. Além disto, a COPASA já tem o seu programa Pró-Mananciais que funciona em práticas como reflorestamento e proteção e recuperação das microbacias hidrográficas. Hoje a COPASA já investiu cerca de 900 mil reais na cidade com ações relacionadas ao Pró-mananciais, segundo o Gerente Antônio Amaral.

O Vereador José Maria citou que, em sua visão, o desassoreamento de lagoas é de suma importância, mais até do que as próprias barraginhas, pois a referida ação trará condições para que a propriedade acumule mais água. Hoje cerca de 500 lagoas no município precisariam deste serviço de desassoreamento, segundo o Gerente Antônio Amaral. Todavia, serão cerca de 13 lagoas contempladas e o Conselho formado por diversos órgãos municipais é que irá definir quais serão as propriedades contempladas mediante critérios técnicos. Um dos critérios é que estas Unidades Demonstrativas estejam espalhadas por todo o município, e não apenas em pontos específicos da cidade.

O Vereador José Carlos citou a importância do Poder Legislativo estar próximo dos produtores rurais e trazer os mesmos para debates, fazendo com que eles estejam ainda mais inteirados sobre as ações e benefícios, por exemplo, de Programas como o de desassoreamento de lagoas. Segundo o Vereador José Carlos muitos produtores não tem total conhecimento das ações e ficam receosos em participar.

O Vereador José Carlos fez um pedido para que, caso haja a aprovação do Projeto e sua posterior execução, que os responsáveis pelo mesmo venham até a Câmara e apresentem aos Vereadores a conclusão das obras e intervenções. É muito importante este diálogo constante entre o Poder Executivo e Legislativo, ainda mais em relação a projetos de preservação ambiental no município.

O Vereador José Damato Neto solicitou que fosse colocado no EDITAL que na parte de recuperação de pastagens incluísse também agricultura/pecuária, pois assim ambas as práticas ajudariam a diminuir os custos. O Gerente Amaral disse que isso já estava contemplado no último edital recém atualizado e concordou com a importância do tema abordado pelo Vereador José Damato.

Em tempo, o Vereador José Damato também questionou o Gerente Amaral sobre quem pagaria pelos custos do licenciamento do Projeto de Desassoreamento de lagoas e reformas. O Gerente Antônio Amaral afirmou que será a Prefeitura e caso o Projeto seja aprovado, o processo de licitação se iniciará no começo de 2022.

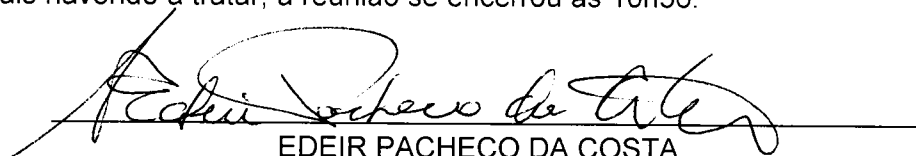


CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

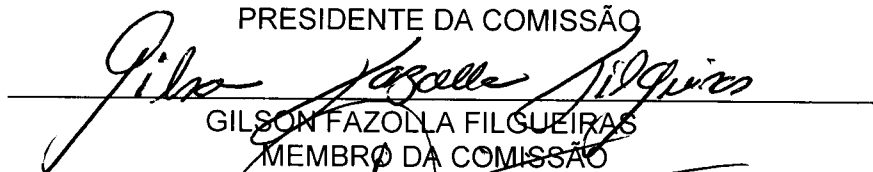
ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalizando a reunião, o Vereador Edeir Pacheco destacou o papel preponderante e fundamental dos conselhos ligados aos temas ambientais em nosso município. Segundo ele os mesmos prestam um grande e valioso trabalho, auxiliando e muito nas mais diversas ações do Poder Executivo referentes ao tema.

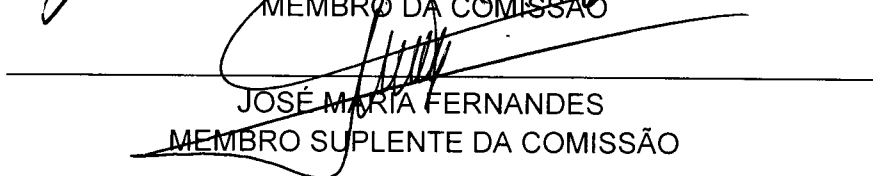
Nada mais havendo a tratar, a reunião se encerrou as 10h56.



EDEIR PACHECO DA COSTA
PRESIDENTE DA COMISSÃO



GILSON FAZOLLA FILGUEIRAS
MEMBRO DA COMISSÃO



JOSÉ MARIA FERNANDES
MEMBRO SUPLENTE DA COMISSÃO